

Seja bem vindo e relaxe em resort idealmente situado no Oceano Índico e no centro da cidade de Maputo
Parque privado de 10 hectares, 2 piscinas com bilhar, serviço de segurança 24 horas, centro de negócios, salão de cabeleireiro, loja africana, prática de fisioterapia
Rua Dom Joao Castro, 321 Maputo - Moçambique * Tels: 00258 21 492706/7 21 492806 * Fax: 00258 21 492704 * E-mail: miramarkayakwanga@tdm.co.mz



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quinta-feira, 31 de Outubro de 2024 - Edição nº5196

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:863695967
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003

Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321- Maputo - Moçambique
Telefone: 844719596 ou 875431598

E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

PARA APRESENTAR ACTAS E EDITAIS

Conselho Constitucional dá oito dias a CNE

(Maputo) A Comissão Nacional de Eleições tem oito dias para enviar ao Conselho Constitucional actas e editais da votação em Maputo e em seis províncias, para validação dos resultados eleitorais de 09 de Outubro, alvo de contestação pela oposição.

A exigência do Conse-

lho Constitucional (CC), que tem competência de tribunal eleitoral em Moçambique, consta de um mandado e certidão com data de ontem.

Além das actas e editais do apuramento parcial, realizado nas mesas de votação, e a mesma documentação feita pelas comissões distritais, da cidade de Maputo, o Conselho Constitucional quer

receber os mesmos dados relativamente às províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Tete, Zambézia e Nampula.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) anunciou na passada quinta-feira a vitória de Daniel Chapo, apoiado pela Frelimo, partido no poder desde 1975, na eleição a Presidente da República de 09 de

NINGUÉM DEVE IR TRABALHAR, SEGUNDO VENÂNCIO MONDLANE

Greve de sete dias inicia hoje

(Maputo) A “manifestação nacional contra o assassinato do povo”, como o candidato presidencial Venâncio Mondlane designou o lema na terceira fase da manifestação nacional, aranca hoje em Moçambique, com durabilidade de uma semana. Protesta-se contra os resultados eleitorais de 09 de Outubro.

O candidato presidencial apoiado pelo Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (Podemos) fez o anúncio nesta terça-feira, 29, numa intervenção ao vivo na rede social Facebook, que teve mais de 166 mil visualizações durante a transmissão.

Pouco tempo depois, o ministro do Interior afirmou aos jornalistas que Mondlane está na África do Sul a incentivar as manifestações

e que “como usuários dessas redes sociais, não devíamos permitir isso, porque manipula a opinião pública e causa destruições”.

Ao fazer a convocatória para a manifestação, Mondlane revelou que um renomado empresário lhe contactou para que “aceitasse as migalhas” que a Frelimo pretende lhe dar porque “já assinaram altos contratos com as grandes multina-

⇒ Publicidade

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

**CARO EMPRESARIO E LEITOR
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Outubro, com 70,67% dos votos.

Venâncio Mondlane, apoiado pelo Podemos, extra-parlamentar, ficou em segundo lugar, com 20,32%, mas afirmou não reconhecer estes resultados, que ainda têm de ser validados e proclamados pelo CC.

A Frelimo reforçou ainda a maioria parlamentar, passando de 184 para 195 deputados (em 250), e elegeu todos os 10 governadores provinciais do país.

Além de Mondlane, o presidente da Renamo, actual maior partido da oposição, Ossufo Momade, um dos quatro candidatos presidenciais, disse que não reconhece os resultados eleitorais anunciados pela CNE e pediu a anulação da votação.

Na quinta-feira passada, o candidato presidencial Lutero Simango, apoiado pelo MDM, recusou igualmente os resultados, considerando que foram “forjados na secretaria”, e prometeu uma “acção política e jurídica” para repor a “vontade popular”.

Venâncio Mondlane tem repetidamente desafiado a CNE a provar os resultados que anunciou, apresentando as actas e editais correspondentes.

No passado dia 24, João Cravinho, que liderou a Missão de Observação Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(CPLP) a Moçambique, reiterou que a publicação das actas eleitorais “é a única forma para haver confiança nos resultados”.

Para o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros português, “não há razão para os resultados eleitorais terem demorado o tempo que demoraram, embora isso esteja patente na lei”.

Assim, considerou que “cada mesa e assembleia de voto devem ter os seus resultados visíveis, para que possam ser agregados publicamente ao nível distrital, provincial e nacional”.

“Na ausência dessa transparência, acreditar nos resultados é um acto de fé”, concluiu.

Já no passado dia 11 de Outubro, Cravinho tinha apontado que a missão “verificou grandes disparidades no número de delegados partidários, com um partido representado [Frelimo], tipicamente, por dois delegados, em praticamente todas as mesas, enquanto outros partidos tinham uma presença mais reduzida”.

Também a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (MOE UE) considerou que o anúncio dos resultados pela CNE “não dissipou as preocupações” com a “transparência” do processo eleitoral.

Na mesma posição, a MOE UE reiterou o “apelo às autoridades

eleitorais para que assegurem a máxima transparência, incluindo a publicação dos resultados desagregados por mesa de voto”, pedindo “ao Conselho Constitucional para que responda adequadamente aos recursos contenciosos apresentados pelos diferentes partidos”.

Mondlane começou por convocar uma “paralisação geral” de protesto contra os resultados anunciados pela CNE, mas, após o assassinio de Elvino Dias, seu advogado, e Paulo Guambe, mandatário do partido Podemos, que o apoia, chamou os seus apoiantes para as ruas, dando-se, assim, início a confrontos entre manifestantes e a Polícia em vários pontos do país, com mortos, feridos e detidos.

O Centro de Integridade Pública (CIP), que monitoriza os processos eleitorais, estima que dez pessoas morreram, dezenas ficaram feridas e cerca de 500 foram detidas, no contexto dos protestos e confrontos durante a greve e manifestações de quinta e sexta-feira, que se sucederam a iguais confrontos violentos em 21 de Outubro.

Venâncio Mondlane convocou novas paralisações e protestos pelo período de uma semana a partir de hoje, quinta-feira, a culminar com uma manifestação nacional a 07 de Novembro em Maputo. **(Redacção)**

Greve de sete dias inicia hoje

cionais globais e que esta luta seria inglória”.

Sem recuar, o antigo deputado apelou os moçambicanos a consentirem sacrifícios para um bem maior e disse que já chegou a hora da mudança ou salvação da pátria.

“Temos que fazer alguma coisa por este país. Vamos manifestar junto das instituições eleitorais. Vamos paralisar tudo por uma semana. Não serão os estrangeiros que vão nos libertar da Frelimo (...)”, pediu Mondlane.

Entretanto, uma hora mais tarde, Pascoal Ronda acusou Mondlane de “comandar”, a partir da África do Sul, a “manipulação da

opinião pública”.

“Os senhores sabem, nós sabemos, o Venâncio Mondlane é o autor moral destas manifestações. Ele é que move com isto. Ele não está aqui agora, está na África do Sul, mas de lá comanda, usa as redes sociais, em que nós, como usuários dessas redes sociais, não devíamos permitir isso, porque manipula a opinião pública e causa destruições”, afirmou o ministro do Interior aos jornalistas.

No Ministério do Interior, em Maputo, Ronda acrescentou que “há muita família que está a chorar pelos danos que são causadas, pessoas que são arrastadas a participar

disso, mas depois, mais tarde, é que se arrependem disso”. “O que é que ganhamos com isso? Para quê”, concluiu o governante.

O clima de tensão entre Venâncio Mondlane e as autoridades mantém-se alto, tendo a Polícia aberto uma queixa-crime contra aquele candidato presidencial, por ataques à corporação, ao mesmo tempo que o Podemos pediu ao Conselho Constitucional a recontagem dos votos que, segundo a Comissão Nacional de Eleições, deram a vitória ao candidato da Frelimo à Presidência da República, no Parlamento e a nível dos governos provinciais. **(Redacção)**

Renamo diz que vai divulgar contagem paralela

(Maputo) A Renamo, principal força da oposição, anunciou ontem que prepara a divulgação dos resultados da contagem paralela das eleições gerais, em que se declara vencedora em duas províncias.

“Nos próximos dias o partido Renamo vai-se pronunciar e vai divulgar os resultados da sua contagem paralela em torno do que são os resultados destas eleições”, declarou o seu mandatário, Geraldo Carvalho, em conferência de imprensa em Maputo.

O responsável do partido disse que, após a divulgação dos resultados das eleições pela Comissão

Nacional de Eleições (CNE), que ainda carecem de validação do Conselho Constitucional (CC), a Renamo “manteve-se calma” enquanto trabalha nos dados da contagem paralela, lembrando que não é “a favor dos resultados veiculados” pelos órgãos oficiais.

“Adianta a dizer que consta que em duas províncias a Renamo leva vantagem no que diz respeito à eleição de governador de província e de assembleias provinciais”, declarou Geraldo Carvalho, referindo que o partido aguarda igualmente pelo pronunciamento do CC.

“Esperamos que o Conselho

Constitucional desta vez faça o seu papel como deve ser, lembrando-se do que são as suas obrigações”, apontou o mandatário da Renamo.

A CNE anunciou na quinta-feira passada a vitória de Daniel Chapo, apoiado pela Frelimo, na eleição a Presidente da República de 09 de Outubro, com 70,67% dos votos.

Venâncio Mondlane, apoiado pelo Podemos, ficou em segundo lugar, com 20,32%, mas afirmou não reconhecer estes resultados, que ainda têm de ser validados e proclamados pelo Conselho Constitucional. **(Redacção)**

PARA MAIS DE 5,5 MILHÕES

Número de contas bancárias em Moçambique cresceu 4,7%

(Maputo) O número de contas bancárias em Moçambique cresceu 4,7% em 2023, para 5.577.994, liderado pela capital Maputo onde, em média, cada pessoa tinha duas contas, segundo dados do banco central.

De acordo com o relatório de inclusão financeira do Banco de Moçambique, em 2022 o país contava com 5.326.096 contas bancárias, traduzindo-se em 306 contas por cada mil adultos (medida de bancarização), um número que subiu para 309 em 2023.

“No concernente à análise geográfica, em 2023 observou-se maior nível de bancarização da economia na cidade de Maputo, com cerca de duas contas bancárias, em média, por pessoa adulta”, lê-se no relatório.

Assim, na capital, no sul do país, o número de contas bancárias por mil adultos passou de 2.000 em 2022 para 2.266 no ano passado, mas no lugar oposto, na província

da Zambézia, no centro, recuou de 116 para 104.

O relatório acrescenta que o número total de mulheres detentoras de conta bancária em Moçambique passou de 190 por cada mil adultas, em 2022, para 193, em 2023, enquanto entre os homens o crescimento foi de 414 para 419.

O índice de inclusão financeira, calculado pelo Banco de Moçambique para o ano de 2023 situou-se em 15,13 pontos, um aumento de 1,14 pontos em relação a 2022, que resulta, “fundamentalmente, do aumento de agentes não bancários, contas bancárias e moeda electrónica”.

“As perspectivas para a inclusão financeira são promissoras. Com a implementação de regulamentações estratégicas e projectos inovadores, o país estará bem posicionado para alcançar uma inclusão financeira abrangente e sustentável”, refere o documento do Banco de Mo-

çambique, apontando a importância, neste processo, da actividade das Instituições de Moeda Electrónica (IME), que permitem o pagamento de serviços e transferências via telemóvel.

“A infra-estrutura robusta, especialmente a inter-operabilidade através da rede nacional única (SIMO) entre IME, e entre estas instituições, bancos e micro-bancos, bem como prestadores de serviços de pagamentos, foi um avanço essencial”, reconhece o relatório.

Em 2023 funcionavam em Moçambique 15 bancos, 14 micro-bancos, uma sociedade de investimento, três IME (uma por cada operadora de telecomunicações móveis), quatro cooperativas de crédito e uma empresa prestadora de serviços de pagamentos, além de uma sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito e oito casas de câmbio, segundo os dados do banco central. **(Redacção)**

Um apelo urgente por solidariedade internacional e intervenção para proteger os direitos humanos

(Maputo) O rescaldo das eleições em Moçambique viu uma escalada assustadora de violência estatal. Inspirados pelo líder da oposição Venâncio Mondlane, milhares de jovens moçambicanos saíram às ruas para exigir respeito pelos seus direitos democráticos.

A actual crise política em Moçambique exige solidariedade imediata e activa da comunidade internacional — particularmente da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), da União Africana e de todas as organizações dedicadas à preservação da paz, da democracia e dos direitos humanos.

Uma vez celebrado como um modelo de transição democrática pacífica após o histórico Acordo Geral de Paz de 1992, Moçambique encontra-se agora numa encruzilhada perigosa. O que deveria ser um processo democrático que alimentasse a estabilidade e o desenvolvimento transformou-se numa fonte de instabilidade e violência estatal cada vez mais profundas. Esta situação urgente exige uma vigilância internacional robusta e uma intervenção diplomática assertiva para salvaguardar os princípios democráticos que o povo moçambicano lutou incansavelmente para estabelecer.

Mesmo em tempos económicos mais favoráveis, quando a economia de Moçambique foi impulsionada por um boom no sector extractivo e sustentada pelo generoso apoio de parceiros internacionais — que cobriram mais da metade dos gastos públicos por meio de ajuda orçamentária directa — a Frelimo, o partido no poder, nunca alcançou o nível de apoio eleitoral agora reivindicado nas eleições de Outubro de 2024. A improvável vitória de 70% é especialmente implausível em meio a uma crise nacional: colapso económico, desespero social, servidores públicos não pagos e trabalhadores essenciais dos sectores de saúde e educação deixados sem salários ou progressão na carreira por mais de uma década. Moçambique é uma nação paralisada pela corrupção sistémica e má gestão grosseira de recursos, corroendo qualquer aparência de legitimidade democrática.

A desilusão entre os jovens de Moçambique, que constituem a maioria da população votante, reflecte uma rejeição profunda e crescente de um sistema que repetidamente falhou em proporcionar um futuro sustentável. A repressão brutal do Governo a protestos pacíficos de jovens e cidadãos que exigem transparência e justiça eleitoral ressalta um autoritarismo arraigado, desesperado para se agarrar ao poder. Ao monopolizar o controlo sobre instituições democráticas importantes, como a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e o Conselho Cons-

titucional, a Frelimo transformou esses órgãos em instrumentos da sua hegemonia, despojando o processo eleitoral de credibilidade e reduzindo a democracia moçambicana a uma fachada sem representação genuína da vontade do povo.

Evidências alarmantes de fraude eleitoral e opacidade no processo de contagem de votos, particularmente em redutos da oposição, lançaram mais dúvidas sobre a legitimidade da eleição. Relatórios verificados indicam manipulação generalizada: resultados alterados nas secções eleitorais; representantes da oposição impedidos de monitorar as contagens de votos; e tabulações em nível distrital conduzidas em segredo, desprovidas de supervisão independente.

Observadores nacionais e internacionais documentaram esses abusos extensivamente e pediram a divulgação urgente dos resultados originais das secções eleitorais para garantir a transparência. A recusa da CNE em honrar essas solicitações apenas aprofundou a desconfiança pública e internacional, reforçando as suspeitas de um processo eleitoral fraudulento.

O rescaldo das eleições viu uma escalada assustadora da violência estatal. Inspirados pelo líder da oposição Venâncio Mondlane, milhares de jovens moçambicanos foram às ruas para exigir respeito pelos seus direitos democráticos. Em vez de diálogo, o Governo respondeu com violência desenfreada. A Polícia, armada com gás lacrimogéneo, munição real e até helicópteros, transformou as cidades moçambicanas em campos de batalha. O uso indiscriminado de força letal contra civis desarmados é uma grave violação dos direitos humanos, expondo o desdém do Governo pelas demandas legítimas do povo e seu descarado desrespeito pela vida humana.

A repressão estendeu-se além dos manifestantes para atingir jornalistas, enquanto as autoridades confiscam equipamentos e agridem fisicamente repórteres numa tentativa flagrante de suprimir a verdade. Essa estratégia implacável prejudicou ainda mais a posição internacional de Moçambique, expondo um regime intolerante à liberdade de imprensa e à transparência.

Em um movimento alarmante para sufocar a dissidência, o Governo implementou um apagão nacional da internet em dias de protesto, prejudicando a comunicação e isolando a população. Esta decisão não só prejudica a imagem global de Moçambique, mas também constitui uma grave violação dos direitos humanos, infringindo a liberdade de expressão e o direito à informação. Silenciar uma população inteira durante uma crise é uma medida extrema e autoritária, revelando um Governo profundamente inseguro diante de uma população que

exige mudanças.

Agravando esta atmosfera de medo, os assassinatos selectivos de figuras da oposição, como o advogado Elvino Dias e o representante do partido Paulo Guambe, ressaltaram a prontidão do regime em usar medidas letais para silenciar a dissidência. Esses assassinatos, amplamente interpretados como motivados politicamente, buscam dissuadir a participação pública e eliminar os críticos vocais do Governo. Os assassinatos desses defensores da democracia servem como lembretes sombrios da jornada angustiante que Moçambique ainda enfrenta na sua busca por justiça e liberdade.

A crise interna agora ameaça a estabilidade regional. Como membro da SADC e da União Africana, Moçambique tem obrigações vinculativas de defender a paz, a democracia e os direitos humanos. A comunidade internacional, portanto, deve agir decisivamente, pressionando o Governo moçambicano a respeitar os direitos dos cidadãos ao protesto pacífico e iniciando caminhos para o diálogo e a reconciliação nacional.

A experiência da África do Sul fornece um exemplo poderoso para Moçambique. Quando confrontado com suas próprias crises de instabilidade política e diminuição da confiança pública, o Presidente Cyril Ramaphosa formou um Governo de coalizão com partidos da oposição, fortalecendo a governança democrática e restaurando a confiança pública. A jornada da África do Sul ilustra que a construção de uma democracia resiliente requer diálogo aberto, governança inclusiva e coragem para abraçar a reforma em tempos de crise.

Apelamos urgentemente à comunidade internacional para que se mantenha em solidariedade inabalável com o povo moçambicano, apoiando uma solução política inclusiva e fomentando o diálogo entre todas as partes. A SADC, a União Africana e outros organismos internacionais devem se mobilizar para reforçar as instituições democráticas de Moçambique e promover uma transição democrática autêntica que reflecta a vontade do povo e garanta um futuro pacífico e justo.

Moçambique não pode suportar outro ciclo de repressão, violência e impunidade. A paz, a dignidade e as liberdades fundamentais do povo moçambicano estão em jogo. O mundo deve agir agora para garantir que os direitos humanos e a democracia prevaleçam, permitindo ao povo moçambicano construir uma nação baseada na justiça, na inclusão e no respeito pela dignidade humana.

(Opinião de Adriano Nuvunga, publicada pelo jornal sul-africano Daily Maverick)